

Lutas da **MAIORIA**

FLORIANÓPOLIS, JULHO/84

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA — Nº 8

EDIÇÃO ESPECIAL

Em todas as esquinas, casas, bares e locais de trabalho do Brasil a discussão, que há semanas era a campanha das Diretas já, é hoje a ida ou não das oposições ao Colégio Eleitoral, apoiando uma candidatura única, saída dos quadros do PMDB e apoiada pelos demais partidos de oposição e por dissidentes do PDS.

As questões que movem este debate formam um leque imenso, onde perguntas e respostas alternam-se sem que uma definição clara seja apontada. Dúvidas como se:

A — Ir ao Colégio seria trair os compromissos originais e programáticos dos partidos oposicionistas;

B — Apresentar candidato indireto via Colégio seria trair os compromissos assumidos com o povo nas praças;

C — Uma candidatura indireta, seja ela qual for, teria o apoio popular necessário para que o País enfrentasse as grandes mudanças que a Nação está a exigir;

D — Um candidato oposicionista eleito indiretamente, com o apoio de parte do PDS poderia governar atendendo aos anseios populares, que são contraídos à prática pedessista; são a tônica do debate que se trava por todos os cantos e em todos os momentos.

Nossa intenção é fornecer com esta *edição especial* uma coleção de opiniões que, esperamos, possam ser úteis para uma discussão maior e definição objetiva da questão.

3. Greve de professores e servidores muda correlação de forças no País

Os movimentos grevistas iniciados em maio e junho pelos professores das universidades federais autárquicas e, a seguir, pelos servidores da Previdência e Assistência Social constituíram-se num marco para o movimento trabalhista brasileiro. Há muitos anos os servidores públicos ostentavam na testa a pecha de carneiros e serviçais, imposta a eles pelo regime pós-64. Tanto a duração das greves desencadeadas como a firmeza de condução dos movimentos provocaram a quebra fantástica dessa máscara, e hoje os funcionários públicos ocupam uma posição e representam um peso político infinitamente superiores aos que detinham há um ou dois anos. Página 6.

1. SOCIALISMO REÚNE 3.000 POR NOVOS HORIZONTES

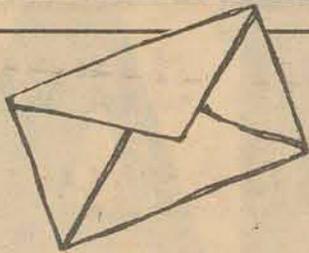
No início de julho cerca de três mil pessoas assistiram aos cinco painéis de discussões sobre "Socialismo e Democracia", realizado nas dependências da Assembléia Legislativa e Reitoria da UFSC. O seminário foi patrocinado pelo Instituto de Estudos para o Socialismo e contou com a participação dos senadores Saturnino Braga (PDT — RJ), Jaison Barreto (PMDB — SC), do Presidente do PT — SC Luiz Mescoloto, dos sociólogos Francisco Weffort, José Paulo Netto, jornalistas e políticos, que levantaram junto a audiência propostas concretas de como se poderia chegar a uma nova condição política e social. Página 7

2. Mulheres catarinenses querem participar da vida política e lutar pelas diretas

Os cálculos mais otimistas indicam que, se as eleições presidenciais próximas realizarem-se pela via indireta, através do Colégio Eleitoral, no máximo dez mulheres estarão participando da indicação do futuro Presidente da República. Caso as eleições fossem diretas, no mínimo 25 milhões de eleitoras participariam do pleito. Este é apenas um dado a mais na luta que desenvolvem as mulheres por uma posição mais digna dentro da sociedade brasileira. Leia na página 3.

4. SANTA CATARINA PODE LIDERAR ENTERRO DO COLÉGIO ELEITORAL

Em nossas páginas 4, 5 e 8 você pode ver um quadro político de opiniões importantes e que podem ser decisivas. Santa Catarina ocupa uma posição destacada no cenário político brasileiro, principalmente dentro do PMDB. A polarização desencadeada através do **Compromisso Só Diretas**, cujo primeiro signatário foi o senador Jaison, até hoje repercute no encaminhamento da posição que o PMDB deve tomar a respeito da sucessão. Procuramos entrevistar praticamente toda a bancada federal oposicionista do Estado, e colocamos ainda o manifesto dos deputados estaduais sobre o encaminhamento das eleições para a Presidência da República. Leias as diversas opiniões e discuta-as.



A questão da ida das oposições ou não ao Colégio Eleitoral é também o mote principal das correspondências, quer sejam endereçadas à Caixa Postal de *Lutas da Maioria* ou ao gabinete do senador Jaison Barreto. A colocação básica alterna-se em argumentos pró ou contra a participação no organismo criado através da emenda nº 22 à constituição.

Selecionamos duas destas correspondências, que, em contraponto, podem servir ao leitor para uma tomada de posição.

1.
VAMOS AO COLÉGIO?

Olga Inês Ferreira Bernardt, advogada em Blumenau, escreveu cobrando diretamente do senador Jaison o comparecimento ao Colégio Eleitoral. Veja a íntegra da correspondência.

"Na qualidade de eleitores, que outorgamos a Vossa Excelência mandato parlamentar na última eleição, não podemos deixar passar a oportunidade de manifestar nosso profundo desencanto e insatisfação, ao ensejo das recentes declarações emanadas de Vossa Excelência, no sentido de não participar do Colégio Eleitoral, que elegerá o próximo Presidente da República.

Frete ao impasse político que se depara à Nação, cogitando-se, inclusive, de um nome militar para a próxima gestão presidencial, não podemos aceitar a posição radical que Vossa Excelência vem defendendo, de não participação no Colégio Eleitoral, apoiando Tancredo Neves, numa composição com outras forças partidárias, capaz de alcançar a vitória.

Vossa Excelência não pode esquecer que, ao lado da crise política, o brasileiro está a braços com grave crise econômica, que se reflete no campo social e compromete não só sua própria sobrevivência e a de sua família, como também sua esperança em dias melhores.

Urge, portanto, que — não abandonando a meta das Diretas — galguem-se os primeiros degraus das Mudanças-Já, mesmo que, para isto, Vossa Excelência e os demais companheiros de bancada, se dispam, momentaneamente, das suas programáticas preferências, colocando, como prioridade, as vontades daqueles que, como nós, ainda acreditam no direito do voto e na confiança mútua que dele deriva."

2.
NÃO VAMOS AO COLÉGIO!

Luiz Hamam Panno, médico clinicando em Joinville, encaminhou correspondência de teor oposto à carta de Olga. Hamam, em nome seu e dos filhos, fez veemente apelo para que o senador Jaison não comparecesse ao Colégio Eleitoral. A seguir destacamos alguns trechos da carta.

"...V. Exª, está representando com grande dignidade seu mandato, levando para a tribuna do Senado o pensamento puro e cristalino de seus eleitores e da grande massa oprimida dos brasileiros; sua posição e a do senador Mário Maia (igualmente contrário ao Colégio Eleitoral), deveria ser a de todos os congressistas que honram o compromisso com seus eleitores.

Quase todos os setores da população brasileira reclamam Mudanças Já, sendo assim, a oposição não tem o direito de usar o "instrumento" deste Colégio Eleitoral para protelar um quadro que necessita com urgência de reformas radicais.

Isso mesmo, senador, não compactue com uma situação que historicamente será cobrada pelos seus filhos e por aqueles que confiaram em V. Exª pelo voto popular.

O quadro atual político-financeiro-social e moral deste País é o de um paciente em choque hipovolêmico, no qual repõe-se sangue mas não se faz a esplenectomia necessária."

3.
E AGORA?

Pois é, você que leu as duas cartas concorda com uma das posições colocadas ou está em dúvida. Para certificar-se e ter consciência clara sobre o problema, leia o editorial desta página, e na página 3 e a matéria com o presidente da ABI, Barbosa Sobrinho. Ele acredita que as diretas sairão se as forças democráticas fecharem questão sobre elas.

Leia também as diversas opiniões dos parlamentares e os manifestos do PT, do grupo Só Diretas e o da bancada estadual do PMDB catarinense. Nosso objetivo é levar até você os diversos argumentos, de maneira democrática, para que você firme sua posição sem dúvidas ou titubeios.

O "causo" mineiro

"Tancredo Neves, fundador do finado PP é o virtual candidato do PMDB à Presidência da República. José Sarney, fundador do não menos infeliz PDS ou um de seus pares deve ocupar o lugar de vice na mesma chapa. E o PMDB, como entra nessa? — votando, uai, dizem os bons mineiros."

O "causo" contado pelos mineiros serve de exemplo para ilustrar o momento político e as negociações em curso promovidas pelas elites oligárquicas da política brasileira: de repente nossas casas foram invadidas pela grande imprensa a nos dizer que as diretas já eram, e que agora a moda é o Colégio Eleitoral, e que os candidatos são Tancredo e Maluf.

Todo este jogo, financiado pelo dinheiro da especulação e exploração nacional e internacional é uma grande farsa com falsos atores, que tentam através de um espetáculo de baixa qualidade continuar enganando o povo brasileiro e mantê-lo no ferro e fogo a que hoje estamos submetidos.

As diretas já, única esperança do povo para ver seus desejos e necessidades satisfeitos, não morreram, estão sendo assassinadas pelos políticos atávicos desta Nação. Apesar das insistentes declarações de homens como Tancredo Neves, Aureliano Chaves, Marco Maciel, Mario Andreazza e Paulo Maluf que dizem "ter fracassado a campanha popular e que suas possibilidades estão esgotadas", todos sabemos que não.

As chances existem e são irrefutáveis. Vão desde sucessivas votações no Congresso Nacional até à criação de um grande impasse, mesmo no Colégio Eleitoral, implodindo-o com a maioria dos votos em branco ou ausentes. Mas através da grande imprensa estes setores retrógrados estão frabricando a imagem de que só resta a opção de uma disputa no Colégio Eleitoral. Esta manobra é vil. As forças conser-

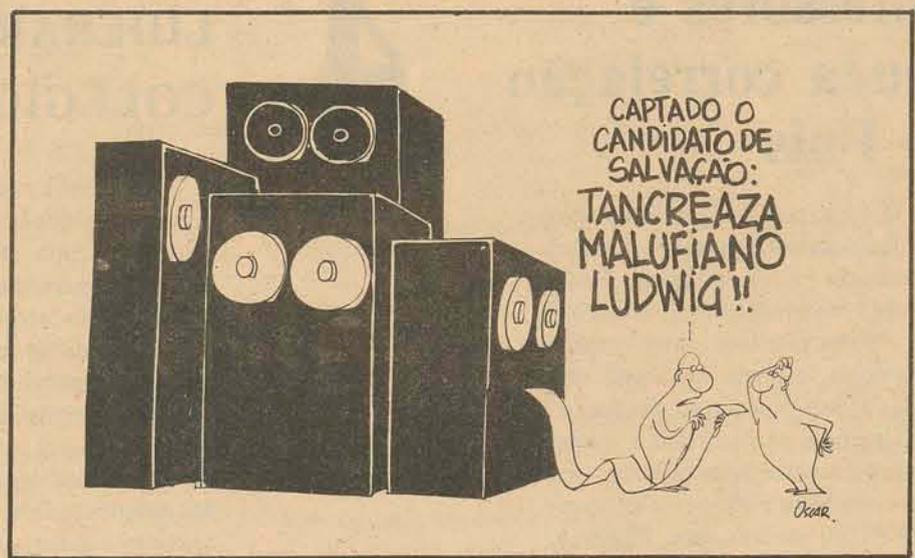
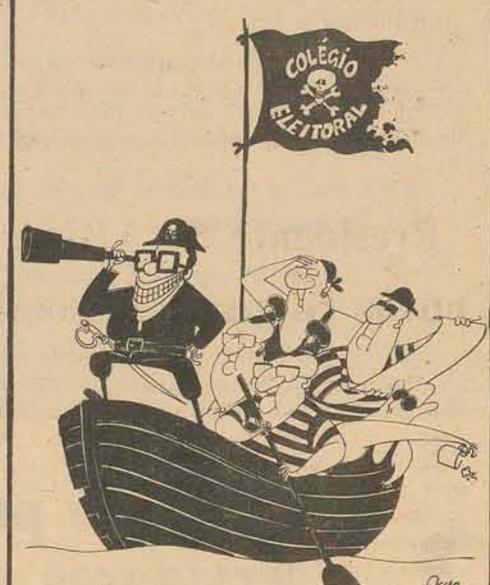
vadoras estão tentando criar esta imagem por que têm a certeza de que numa disputa direta o povo iria derrubá-los a todos do grande muro sobre o qual se assentam.

Como no "causo" mineiro, onde o PMDB nada mais representaria politicamente no País, uma vez que estaria patrocinando a eleição de elementos que significam o próprio modelo político e econômico, a manobra destes mesmos elementos prevê agora uma nova etapa; a de conquistar a simpatia popular, consagrando assim a fórmula do engodo. Estão orquestrando uma grande campanha colocando o Colégio Eleitoral como definitivo e os únicos candidatos como Maluf e Tancredo.

O compromisso cego que alguns setores até então opositoristas históricos ao regime militar estão assumindo com este engodo chega a ser decepcionante moral e politicamente. Estão engajando-se numa farsa tão grande que a dita "Aliança Democrática" pretende assumir o poder com candidatos já colocados na praça e que sequer um programa mínimo têm. O povo e seus interesses são o que menos interessam neste jogo.

O PMDB, filho e herdeiro do MDB, símbolo da resistência ao militarismo e à opressão generalizada, corre o risco de passar de frente ampla para retaguarda reduzida, dando vazão a interesses totalmente dissociados de sua linha programática e, o que é pior, totalmente avessos à sua conduta nas campanhas eleitorais e na maratona das diretas. É triste ver em Santa Catarina que até os camarões da lagoa já sabem que a cúpula partidária está censurando a manifestação de seus integrantes que são contra o Colégio Eleitoral.

Um jornal que tem o nome de *Lutas da Maioria* não pode, sob nenhuma hipótese, compactuar com os privilégios da minoria. O mínimo que se admite é a denúncia.



expediente

Esta foi uma edição especial do *Lutas da Maioria*, preparada através de colaboradores habituais e coordenada pelo Gabinete do senador Jaison Barreto, em Brasília.

A central de correspondências do *Lutas* continua sendo Caixa Postal 1295, em Florianópolis, CEP 88.000. Escreva e participe do nosso trabalho.

Em Lages, mulheres fecham com diretas e reivindicam participação partidária

O Encontro de Lideranças do Movimento de Mulheres do PMDB da região Serrana, realizado em Lages, no último 15 de julho, resultou num documento final pelas eleições diretas já. No texto as participantes ressaltam que as reais possibilidades de se alcançar as diretas ainda não se esgotaram, e que por elas deve voltar às ruas a mobilização popular. Maior participação da mulher na estrutura partidária foi também um dos pontos de destaque do manifesto elaborado.

A posição da mulher no atual quadro sucessório, segundo a opinião dos analistas, é altamente delicada. Se as eleições processarem-se pela via indireta votarão apenas as oito deputadas federais existentes e, na melhor das hipóteses, uma ou duas deputadas estaduais. Teremos, portanto, um Colégio de dez mulheres e mais de seiscentos homens, que estarão decidindo o futuro político do País.

No processo direto, os cálculos indicam que de 46 a 48% do eleitorado votante é composto de mulheres. Assim, cerca de 25 mi-

lhões de brasileiras estarão em condições de exigir dos candidatos posições de acordo com as aspirações femininas. A satisfação destes interesses, que poderão ser negociados numa campanha pública, fatalmente estará condenada à inércia numa eleição indireta, acreditam os estudiosos.

DOCUMENTO FINAL DO ENCONTRO DE LAGES

"Nós, mulheres do PMDB, reunidas em Lages, no dia 15 de julho, manifestamos vontade das bases partidárias, de que é importante a organização imediata das companheiras em núcleos de bairro e comissões municipais. Esta é a forma de promover a mulher e fortalecer a luta democrática, fora e dentro do PMDB:

Devemos também denunciar que muitas companheiras não podem se manifestar publicamente por ameaças, perseguições, discriminações e opressões pelas forças antidemocráticas. Neste momento precisamos ser a voz de todas estas companheiras que não

podem falar. Com elas, precisamos nos comunicar através de mensagens escritas.

Somente organizadas contribuiremos na luta por uma sociedade onde todos tenham dignas condições de vida.

Decidimos propor também: **Eleições diretas já.**

Estamos conscientes de que ainda não foram esgotadas todas as possibilidades de eleições diretas para Presidente. E assim esperamos de nossos representantes, a continuação da mobilização popular na luta pela conquista do direito ao voto, pois este é o único caminho para chegarmos à Democracia.

Entendemos que o dirigente máximo da Nação somente se comprometerá com as mudanças políticas e econômicas que o povo brasileiro exige se for eleito pelo voto direto.

Esperamos que os nossos representantes não esqueçam os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral e pelas diretas, onde tanto se pregou a conquista democrática tão sonhada pelo nosso povo."

Tancredo não tem posições firmes para encaminhar soluções fortes

Em Brasília, um militante petista contrário à ida das oposições ao Colégio Eleitoral com o objetivo de eleger um candidato, declarou que as posições assumidas por Tancredo Neves não dão margem de confiança para que o mesmo chegue ao poder com uma bandeira oposicionista. "Aos jornalistas que atribuíram a Tancredo a intenção de romper com o FMI, o governador deu um formal desmentido, e prefere transferir essas definições aos redatores da sua futura plataforma de governo", afirmou o entrevistado.

Numa exposição da gravidade do momento, e das fortes posições que um candidato deveria tomar para enfrentá-lo, o integrante do Partido dos Trabalhadores disse que "a sangria das contas externas brasileiras será de 92 bilhões de dólares nos próximos quatro anos. Desse total, 44 bilhões corresponderão a juros, se as taxas permanecerem onde estão hoje, o que não é aliás muito provável. Os restantes 48 bilhões de dólares serão pagos para amortecer o principal da dívida.

Neste passo, é mais do que certo que o FMI exigirá saldos comerciais ainda maiores que os gigantescos 9 bilhões deste ano. Não é difícil prever o impacto em nosso dia-a-dia dessa realimentação do círculo infernal em que nos lançaram os donos do poder no Brasil.

Presidente da ABI defende novos comícios e mobilização

O presidente da AB. (Associação Brasileira de Imprensa), Barbosa Lima Sobrinho, em contato telefônico com **Lutas da Maioria**, disse que o Colégio Eleitoral merece toda resistência e oposição dos elementos democráticos da Nação. Colocando-se como um combatente histórico do regime, Barbosa disse que a discussão que os problemas nacionais teriam numa campanha direta, com a efervescência das questões cruciais, fica transformada em mera compra de votos no Colégio Eleitoral.

LUTA CONTINUA

Barbosa afirma que a luta pelas diretas deve continuar até que a conquista definitiva seja alcançada, com a aprovação de uma emenda no Congresso restabelecendo ao povo este direito. Em sua opinião, novos comícios podem e devem ser feitos, pois qualquer que seja o candidato do PDS indicado ao Colégio, ele terá o repúdio de todos os brasileiros, que irão às ruas para protestar. Os desdobramentos deste processo podem estar, segundo Barbosa, na aprovação de emenda por diretas antes da reunião do Colégio Eleitoral.

Adepto das teses de João Mangabeira, já falecido, Barbosa Lima Sobrinho disse que a eleição direta para a Presidência da República é o "ato cívico mais importante do Brasil", que há muito não se realiza. "A conquista deste patamar, com nova campanha de mobilização pode ser alcançada somente com a união e coesão das democráticas verdadeiramente oposicionistas", completou o jornalista.

Embora pouco divulgadas, as cifras encontram-se à disposição de quem queira examiná-las, nas publicações do Banco Central.

Pois bem, o mínimo a esperar de um postulante à Presidência saído das hostes oposicionistas seria uma postura clara de repúdio ao atrelamento da nossa economia ao FMI. E consequentemente um compromisso com a moratória. Bilateral, se possível; unilateral, se necessária. Infelizmente não tem sido o comportamento do candidato Tancredo.

Em um terreno de tal gravidade, o jogo "mineiro" da tergiversação assemelha-se, queiramos ou não, ao engodo puro e simples.

É possível que seja rentável para o candidato. Mas para o povo brasileiro, que paga a fatura da subordinação ao FMI e seus banqueiros, a dubiedade é absolutamente inaceitável. Não foi para isso que o povo encheu as ruas.

Mais mérito teria Tancredo se reconhecesse francamente, sem subterfúgios tolos, que não deseja romper com o FMI, que não acredita na necessidade da moratória, e assim por diante. Talvez fosse "inconveniente" para a costura dos interesses conflitantes que ele se esforça por realizar neste momento. Em compensação seria irrepreensivelmente ético. O que não é pouca coisa, nestes áspersos tempos da esperança."

As oposições e o Colégio

Por aclamação, o Diretório Nacional do PMDB, reunido ontem em Brasília, marcou para os dias 11 e 12 de agosto a Convenção Nacional que deverá homologar a candidatura indireta do governador Tancredo Neves à Presidência da República. A única voz discordante que se ergueu foi a do Senador Itamar Franco (MG), reafirmando que não comparecerá ao Colégio Eleitoral.

Ainda no encontro dos governadores, dia 19 de junho, no Palácio dos Bandeirantes — a que aderiu, com reserva, o do PDT, Leonel Brizola —, para manifestar apoio ao nome do Sr. Tancredo Neves, emitiu-se um documento explicitando que se trataria de "candidato único às eleições diretas".

Não se formalizou, porém, o lançamento do político mineiro, a pedido dele próprio, e um dos motivos terá sido talvez a incongruência da situação. A subemenda pró-diretas-já, que deveria alterar a emenda Leitão, previa a realização do pleito em 15 de novembro, e o prazo para governadores se desincompatibilizarem se havia esgotado dias antes. A possibili-

Folha de S. Paulo — Terça-feira, 17 de julho de 1984

dade existente era de disputar no Colégio Eleitoral, a ser convocado para 15 de janeiro de 1985.

Por aí se vê que o Sr. Tancredo Neves e os patrocinadores de sua candidatura não nutriam ilusões quanto à aprovação do projeto das diretas, e os poucos comícios convocados com a participação de alguns governadores, nesse período, tinham sobretudo a função de um desengano de consciência ou de salvar a face dos que se dispunham a aceitar as regras de um jogo até então acoimado de inaceitável.

Hoje reduziu-se a preocupação com o disfarce. Antes de exauridos os recursos pela restauração do pleito direto, pois permanecem no Congresso duas propostas com esse objetivo, toman-se as últimas providências para oficializar a candidatura indireta do governador mineiro, o que significa na prática o abandono de vez da campanha pró-diretas-já.

O mais lamentável em tudo isso é a ausência de uma atitude franca e transparente das lideranças oposicionistas diante da opinião pública, ao fingirem acreditar ainda numa solução em que de fato não acreditam mais.





* Fernando Lara Resende (1)
Especial para o Lutas da Maioria

Porque sou radical.

"Não é que eu não saiba, não possa ou não queira encampar um discurso liberal."

FLR — Senador Jaison Barreto, os signatários do "SÓ DIRETAS", mantida sua posição, não cairão num radicalismo suicida, como tem dito o Governador José Richa, capaz de assegurar ao sistema sua sobrevivência com a eleição de Maluf, Andreazza ou outro nome que o substitua?

JB — Em primeiro lugar, homenageando o governo Richa, quero demonstrar meu respeito a todos que tenham opiniões contrárias às minhas. Quanto à pergunta, devo dizer que estou defendendo a posição de condenação do Colégio Eleitoral por motivos que julgo fundamentais. "Quanto ao radicalismo suicida" que me atribui, devo dizer que se ser radical foi fincar firmemente os pés no meu chão catarinense, (para melhor "ouvir os clamores de meu povo", diante do espectro de miséria e desespero que se abateu sobre o País) pelo desemprego, pela fome que ronda os lares, pela perda da casa própria na espoliação do BNH, pelo pagamento, com seu sacrifício, das dívidas que não contraiu, posso manter, serenamente, minha imagem de radical.) Não é que eu não saiba, não possa ou não queira encampar um discurso liberal. A faixa que represento também precisa de um porta-voz para encaminhar a pacificação, nas crises sociais, com credibilidade para extrair do poder as suas justas reivindicações.

Foi com ela que percorri meu Estado com a Chama da Vitória, apagada pelos ventos adversos da fraude eleitoral. Aceitarei o rótulo como condecoração porque ninguém ignora que ganhamos as eleições. O hoje pretendente à vice-presidência da república na chapa de Tancredo Neves, Sr. José Sarney foi a pessoa que 3 a 4 dias antes das eleições, visitou Santa Catarina para convencer o então Governador Henrique Córdova para abrir todos os cofres do Estado para garantir a eleição do candidato do PDS.

Classificar esse radicalismo de "suicida" é marca que devo repelir, pois ao assumir a posição inconfundível de defensor do grupo SÓ-DIRETAS, de cujo Manifesto fui um dos primeiros signatários, tento defender à unidade partidária em torno de uma posição correta, que é a de discutir com o povo, nas ruas, nos lares ou nos bares, a oportunidade que a história nos dá de alcançarmos juntos, pela via das DIRETAS-JÁ, a grande vitória nacional que nos tomaram em 82.

O "suicídio" é manter uma frente artificial, sustentada por banqueiros nacionais, sem ouvir o povo como faz, por exemplo, o companheiro Pedro Ivo, que está proibindo todos os organismos partidários, em Santa Catarina, de se pronunciarem sobre o assunto, perdendo o pouco que lhe resta da tradição liberal que o consagrou no passado. Acredito que o mesmo fenômeno esteja ocorrendo nos demais Estados, pois sei de governadores nossos que pas-

saram um dia inteiro telefonando a seus prefeitos para que não viessem a Brasília no dia de se votar a Dante de Oliveira.

FLR — Que organismos do Partido ele está proibindo de falar?

JB — Todos esses de que temos recebido inúmeras solicitações e Manifestos: a JPMDB, o Movimento de Mulheres, a Fundação Pedroso Horta de Florianópolis, a manifestação dos vereadores, assim como outros setores de apoio do Partido na sociedade civil, como a OAB, a ABI e inúmeros Sindicatos e Associações de Classe, que estão-se rebelando, numa luta fracional. É a posição de domínio da máquina partidária que está fazendo a divisão não só do PMDB, mas de toda a "frente de oposições", porque já não tem o apoio do Partido dos Trabalhadores nem de largos setores do PDT.

FLR — Mas é justamente ao Sr. que estão atribuindo a responsabilidade pela divisão do Partido, com a quebra a disciplina partidária.

JB — Muito ao contrário! Tenho me mantido estritamente dentro dos princípios programáticos do PMDB, que pregam a democracia interna e o compromisso com a luta pelas ELEIÇÕES DIRETAS. Coloquei essa posição de modo rigorosamente disciplinado, a partir de discurso da Tribuna do Senado Federal, fazendo solicitação ao líder Humberto Lucena para que levasse ao Presidente Ulysses Guimarães a mesma advertência. Os catarinenses já conhecem esse discurso, através do livreto "Os Disfarces da Capitulação" que acaba de ser distribuído. (2) Fiz esse pronunciamento com a autorização do Vice-Líder Gastão Müller, que em aparte o classificou de "notável" porque "definia posições e orientações para o nosso Partido". (3)

"Se me permite a blague, estou mais mais com o samba do Turbilhão da Galeria que com o do Sossega Leão."

FLR — O Sr. citou o Presidente Ulysses Guimarães. Soube da reação dele?

JB — Ele teve a gentileza de me procurar na véspera da reunião do Diretório Nacional que eventualmente aprovaria por aclamação o nome de Tancredo Neves. A aclamação que acabou havendo foi para convocar a Convenção para 12 de agosto, que é o prazo que resta para decidir a posição final do partido. O próprio Tancredo Neves, ao que estou informado, preferiu assim, para esgotar o prazo para sua desincompatibilização, porque ainda havia áreas de resistência dentro do próprio PMDB, como também do PT e do PDT.

O Presidente Ulysses Guimarães, usando de sua proverbial lixura, reiterou que compartilhava de minha opinião pelo DIRETAS-JÁ. Mas que recebeu pressão inesperada de determinados setores com força de mobilização popular, que estavam mudando, gradualmente, de posição, ele justificou sua posição porque se

pautou por um princípio que aprendera a respeitar ao longo de sua longa vida pública. O de que "era melhor um partido errar em movimento, que um Partido imóvel, por falta de qualquer direção". São atitudes como essa que explicam sua presença à frente do Partido. Ele "vestiu a camisa amarela" (4) até o fim do carnaval, enquanto que os setores consensualistas "vestiram a camisa listrada" e manipularam as mobilizações para colocar em jogo o seu conchavo de cúpulas. Se me permite a "blague", estou mais com o samba do "Turbilhão de Galeria", que com a do "Sossega Leão". (5)

FLR — O que V. Ex^a tem contra o Colégio Eleitoral?

JB — Tudo. Em primeiro lugar ele é absolutamente ilegítimo, pois é filho direto do arbítrio e da coação sobre o Congresso Nacional. Em segundo lugar porque, além do programa partidário exigir sua condenação, essa condenação é amplamente demonstrada pelo posicionamento da opinião pública, que temos o dever de ouvir, além de outras, já referidas na entrevista.

"Como ficará nosso Partido se a política da lua preta for rejeitada em praça pública, através do omeleteço?"

FLR — E por que o Sr. é contra a candidatura Tancredo Neves?

JB — Porque ela está proposta pela via imoral da eleição indireta. Estaríamos com ele, eventualmente se outra fosse sua posição. Não vejo a situação nacional de modo fatalista como está proposto no dilema Tancredo ou Maluf. Como você sabe, supervisionei diretamente a edição desse volume do jornal **Lutas da Maioria**. Na parte da TEORIA há um artigo que explica (pág. 6) a transformação qualitativa da luta de classes no mundo desenvolvido, ou industrial. Ele mostra claro qual é o verdadeiro dilema: de um lado está o imperialismo, substituindo as burguesias nacionais; de outro, a burguesia nacional, associada às camadas médias do proletariado moderno que são os assalariados de média ou alta renda. O dilema Tancredo/Maluf é a expressão simbólica dessa constatação.

Maluf é indubitavelmente o representante dos conglomerados internacionais, pois não seria capaz de com suas próprias forças psicológicas resistir e manter a posição anti-popular que todo mundo conhece. ele não representa a burguesia brasileira, pois do contrário não estaria tão visado por ela, sob a suspeita de falta de ética. Logo, suas forças vêm de fora do País.

Quanto a Tancredo Neves, está recebendo o apoio da burguesia nacional. Mas tem contra o si o fato de representar o estrato mais alto dessa burguesia, como os banqueiros nacionais, por exemplo. Por isto é que ele teme o contato com o povo. Já repararam que ele só fala atualmente em recintos fechados? Já repararam que só voltará aos palanques antecedido por prévia mobilização feita por setores mais confiáveis do que ele? A candidatura dele não nasceu de atos públicos ou mobilizações que ele próprio procurou conter, acenando com o diálogo.

Sabe por que ele teme o contato direto com o povo? Porque lhe falta a principal característica de porta-voz do empresariado pequeno e médio, que é a ânsia de democracia. A posição dele, jogando pelas cúpulas, é claramente de direita. Não é por menos que ele tem o aval dos ministros militares e do próprio Presidente Figueiredo, que jura mas não cumpre seu projeto político de "transformar este País numa democracia". Toda a argumentação é a de que o povo ainda não está organizado, não sabe votar, e precisa ser educado durante um "período de transição" etc.

Você me perguntou "por que não Tancredo, nas indiretas"? Eu lhe respondo: por que não Ulysses nas Diretas; por que não Fernando Henrique Cardoso; por que não Montoro; por que não Richa; por que não Iris Resende; por que não Itamar Franco?

Como ficará nosso Partido se a "política da lua preta" for de novo rejeitada em praça pública, com a prática do "omeleteço"?

(1) FERNANDO LARA RESENDE, jornalista político mineiro, que militou nos mais importantes jornais do País, desde a fundação do **Última Hora**, por Samuel Weiner, passando pela **Tribuna da Imprensa**, **Diário Carioca**, **Correio da Manhã**, e finalizando no **Jornal do Brasil** e no **O Estado de S. Paulo**.

(2) "Os Disfarces da Capitulação" — Livreto que publicou o discurso feito pelo Senador Jaison Barreto, no Senado, na Sessão de 1-6-84, editado em junho do corrente pelo CEGRAF e recentemente distribuído aos assinantes do **Lutas da Maioria**.

(3) A citação está no último parágrafo da página 25 do volume referido. Os consensualistas e os membros do Partido podem conferir.

(4) Trata-se do samba "Camisa Amarela", e não do "Camisa Listrada".

(5) Refere-se a trechos das músicas citadas, que podem caracterizar as duas posições. A primeira diz: "Encontrei o meu pedaço na avenida, de camisa amarela, cantando a Florisbela, oi, a Florisbela. Pedi-lhe pra voltar pra casa em minha companhia. Ele sorriu um sorriso de alegria e desapareceu no turbilhão da galeria." A segunda diz: "Vestiu uma camisa listrada e saiu por aí. E invés de tomar chá com torrada ele bebeu Parati. Levava um canivete no cinto e um pandeiro na mão, e sorria quando o povo dizia: Sossega, Leão, Sossega, Leão".

O QUE PENSAM OS FEDERAIS?

Fazem matrícula ou não no Colégio Eleitoral?

A RENATO VIANNA
"somente as eleições diretas..."

O comparecimento ao Colégio Eleitoral contraria os mais elevados princípios da cidadania. Todos sabemos que as nações livres já conceberam isto há muito tempo, e à ninguém é dado o direito de usurpar ao povo o livre direito de manifestação de sua vontade, que tem no voto livre o verdadeiro instrumento das liberdades democráticas e das conquistas sociais.

O clamor das multidões que saíram às ruas encontraram um ouvido surdo da classe dirigente: a obstinação de permanecer a estrutura governamental sem atender aos anseios da sociedade brasileira, as greves que atingem as universidades brasileiras, a Previdência Social estão a repetir, de forma eloqüente, que o povo cansado exige mudanças. Mudanças profundas nos costumes, na prática política, no modelo econômico, na estrutura institucional.

Somente as eleições diretas é que proporcionarão a pacificação nacional. A Constituinte, ao lado de profundas reformas econômicas, a começar pelo rompimento com o FMI, são alguns dos compromissos que a Nação deseja e que só um presidente ungido pelo voto popular tem condições de assumir. A superação da crise deve passar pelo atendimento imediato de exigências fundamentais do desenvolvimento social. A própria severidade da crise impõe prioridades que são as exigências mais urgentes. Entrê essas figuras, em primeiro lugar, a preservação dos espaços democráticos já outorgados ou conquistados, que permitam à Nação o confronto democrático e a sua afirmação ante o poder.

Por fim, os dividendos de um homem público provêm de sua coerência. Idéias e comportamentos não podem se ajustar ao sabor de interesses imediatistas, mas na consecução da estabilidade e fortalecimento de nossas instituições democráticas. **Diretas já** continua sendo a palavra de ordem, e é preciso acreditar nela para restaurar a credibilidade nesse País.

B NELSON VEDEKIN
"ida ao Colégio não implica em adesismo..."

De início, é necessário que se explicita um dado dos mais relevantes: admitir o comparecimento ao Colégio Eleitoral não significa abandonar a luta pelas diretas. É bom definir desde logo, também, que admitir a ida ao Colégio não implica em adesismo ou traição, e que defender o boicote (ao Colégio) não é malufismo nem irresponsabilidade.

O comparecimento ao Colégio Eleitoral é uma alternativa operacional da luta política que se deve travar em todas as instâncias, **mas só é admissível uma vez esgotadas todas as possibilidades das diretas**. Ora, o que ninguém ignora, hoje, é que as diretas se tornam cada vez menos prováveis a curto prazo.

O PMDB, as oposições, as forças democráticas cometeriam uma indesculpável irresponsabilidade, se não considerassem, desde logo, a probabilidade mais forte e concreta, que é uma nova derrota das diretas no segundo semestre. Não se trata de fazer previsões pessimistas, e menos ainda de desejar que as diretas não passem, mas de fazer a análise correta e realista dos fatos como eles são — e não como gostaríamos que eles fossem.

É que há prazos fatais e urgências como o da desincompatibilização do candidato e da Convenção partidária. É que se precisa articular um amplo leque de alianças para a vitória no Colégio, uma vez superadas as diretas. Se se deixar para a última hora essas providências, não poderemos dispor da última alternativa que nos restará, que é exatamente a ida ao Colégio.

Isto é, o PMDB e as oposições não têm o direito de fazer o jogo do tudo ou nada pelas diretas, porque se mais uma vez elas não passarem, teriam que assistir, impotentes, a trajetória do candidato do regime e do continuísmo em direção à Presidência.

A tão comentada "unidade oposicionista", que garantiria a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, não está evidenciada nos fatos. No dia 19 de julho, quando fechamos esta edição, o deputado Mário Frota, PMDB-AM, jurou de pés juntos em Manaus que não vai ao Colégio.

Em Goiás uma dissidência significativa também desponta e, em Santa Catarina a situação é semelhante.

Nesta página procuramos dar ao leitor uma panorâmica das opiniões favoráveis e contrárias à ida das oposições ao Colégio. Contactamos com toda a bancada federal do PMDB catarinense e conseguimos colher, de imediato, os depoimentos abaixo, sobre os quais não emitimos qualquer julgamento ou conceito. O leitor é que deve refletir sobre as posições explicitadas e procurar discutí-las em sua comunidade, seus sindicatos, clubes de serviço, diretórios partidários e, por que não, até nas festas de aniversário e casamento.

As conclusões tiradas poderão ser encaminhadas ao gabinete do Senador Jaison Barreto, em Brasília.

C CASILDO MALDANER
"precisamos discutir muito..."

Na verdade, o que está acontecendo no momento é o cumprimento da diretriz do Diretório Nacional do PMDB, que convocou a convenção do partido para o dia 12 de agosto, e decidiu também que uma comissão de alto nível venha tentar nesse interregno montar um programa mínimo que venha ao encontro do nosso partido, das oposições e também da Frente Liberal.

Este programa mínimo deve vir ao encontro dos compromissos que devem ser assumidos perante a Nação, da Constituinte para 86, que deve ser pressuposto básico, e outras mudanças que a Nação está a exigir.

Nós, além de todos esses aspectos econômicos e sociais, mesmo os relacionados como FMI e assim por diante, precisamos ver até onde não venha ser descaracterizada a luta que o PMDB tem criado ao longo dos anos.

Neste espaço de tempo, até a convenção, precisamos discutir muito, e é o que estou a fazer agora nas bases para ver até onde é possível manter a identidade. As concessões não podem chegar ao ponto de descaracterizar a identidade de luta. E aí, esgotadas todas as possibilidades, com a votação de emenda constitucional por diretas até 8 de agosto, provavelmente, e não restando mais nada, será, quem sabe, a solução utilizar-se do Colégio Eleitoral como meio. Acredito que se esgotadas as possibilidades os fatos contribuirão para isso.

Junto às bases o que tenho sentido é que o Colégio, mesmo sendo um organismo espúrio, deve ser enfrentado com o lenço no nariz. Podemos utilizá-lo como um meio para que se chegue à constituinte e às outras conquistas que o povo reclama, tendo ao lado a preocupação de manter a unidade do PMDB.

D DIRCEU CARNEIRO
"defender o Colégio é fortalecer Maluf..."

A única coisa absolutamente segura hoje é a eleição direta já. Primeiro porque toda a sociedade brasileira está com as diretas. Pelo voto direto não haverá negociação e nem traição do povo, e se houver, na próxima eleição o povo aplicará a devida punição. Admitir prematuramente a ida ao Colégio Eleitoral é desautorizar toda a sociedade que não indicou este caminho. Defender o Colégio é fortalecer Maluf, pois é o único lugar onde ele pode ganhar a Presidência.

Muitos dizem que o PMDB pode ganhar no Colégio, isto não é verdade. O PMDB não tem suficientes votos no Colégio Eleitoral. Nem as oposições somadas todas têm estes votos. Portanto, precisamos de parte do PDS, da "Frente Liberal". Mas quantos do PDS votam na oposição? Dois, dez, vinte, quantos? Ninguém sabe. Tancredo hoje também não sabe. E que compromisso exige o PDS para votar na oposição?

O governo eleito pelo Colégio, desse jeito compromissado com o PDS, que reúne os responsáveis por todas as desgraças que caíram sobre os trabalhadores e o povo brasileiro nestes últimos 20 anos, não será muito diferente dos governos do PDS. E isto desmoraliza a oposição. O povo não verá seus problemas resolvidos e dirá que esta oposição é igual ao PDS. Essa conclusão nós queremos evitar que o povo seja obrigado a tirar. E por isso somos só pelas diretas, e temos muitas chances ainda pela frente. Ainda mais se as oposições com parte do PDS podem ganhar no Colégio Eleitoral, é muito mais fácil, com esta mesma maioria, ganhar no Congresso Nacional, com a emenda Teodoro Mendes, as eleições diretas já.



Socialismo leva 3.000 para discussão sobre um futuro político mais digno

Remy Fontana

O seminário sobre "Socialismo e Democracia", promovido pelo IESD (Instituto de Estudos para o Socialismo Democrático), realizado em Florianópolis nos dias 9 e 10 de julho, sob a coordenação de uma comissão interpartidária estadual (PMDB, PDT e PT), surpreendeu as mais otimistas expectativas. O evento constituiu-se num fórum de estudos e debates aprofundado sobre as possibilidades históricas de construção do socialismo em nosso País. Exposições elaboradas com alto grau de refinamento teórico e ideológico tiveram a contrapartida de uma viva discussão política, com inflexões sobre a conjuntura nacional.

DÚVIDAS

— Devem as oposições ir ou não ao Colégio Eleitoral? Essa foi a questão reiterada e angustiadamente presente, que dividiu os sete expositores do seminário. Argumentos convincentes foram esgrimidos por defensores das duas alternativas, mas o conjunto dos participantes (aproximadamente 600 pessoas em cada um dos cinco encontros na As-

sembléia Legislativa e na Reitoria da UFSC) se posicionaram, majoritariamente, pelo repúdio ao Colégio, contra a participação das oposições neste exdrúxulo mecanismo homologatório dos ungidos do poder militar.

Vale destacar alguns pontos que conferiram ao seminário oportunidade e relevância. Primeiro, a alta sensibilidade social que hoje desperta o tema do Socialismo e da Democracia em nosso País; segundo, a qualificação e a diversidade de expositores, que mesmo filiando-se numa matriz socialista comum, diferenciaram-se acentuadamente pelas táticas e estratégias de luta contra a opressão capitalista e mesmo pelo projeto de construção de uma nova sociedade socialista.

INVESTIGAÇÕES

Assim, o jornalista Alberto Dines; o sociólogo e editor da *Voz da Unidade*, José Paulo Netto; o sociólogo e dirigente político Francisco Weffort; o historiador e politicólogo Pedro Celso Cavalcante, e os políticos Eurides Mescalotto

(PT), Roberto Saturnino (PDT) e Jaison Barreto (PMDB), criaram um contexto muito rico de interlocução e debate sobre a problemática do socialismo. Contaram, para isso, com a colaboração direta de 10 debatedores (sindicalistas, parlamentares e intelectuais), e com a ativa e interessada participação do público presente.

O terceiro ponto a mencionar refere-se à problemática posta para análise e discussão. Enquanto vemos o noticiário político nacional e a preocupação básica dos partidos e dos políticos circunscreverem-se nos vaivéns de uma conjuntura cujos parâmetros localizam-se em grande parte, em interesses mesquinhos ou imediatos, o mérito maior do seminário foi justamente elevar o debate político investigando, a partir da realidade presente, quais as mudanças estruturais que se devem promover para construir um novo patamar histórico de civilização em nosso País, superado o atual estágio capitalista de exploração econômica, de opressão política e de alienação cultural.



“Modificações qualitativas nos movimentos sociais nos anos setenta”

Diversos movimentos revolucionários da década de 70 (Chile, Portugal, Nicarágua, Irã, Afeganistão, Etiópia, Peru, Angola, Moçambique, Laos, Camboja, Vietnã do Sul, Granada, Zimbábue) “tiveram como alvo instaurar o poder popular-democrático e derrubar os regimes despóticos pró-imperialistas. Em vários países esta tarefa foi entrelaçada com a luta de libertação nacional”

“A força motriz dessas revoluções provinha, na maioria dos casos, da união dos operários com os trabalhadores rurais, acompanhadas por artesãos, pequena burguesia das cidades, da intelectualidade militar e civil, estudantes universitários, os estratos sociais de baixa renda” — subempregados, desempregados e trabalhadores eventuais — “às vezes incluindo setores patrióticos das burguesias locais”.

CONQUISTAS

Esses movimentos objetivavam e conseguiram, em maior ou menor grau: a) romper com a dominação ideológica estrangeira; b) derrubar a tirania que internamente o representava; c) transformar as relações agrárias; d) reformar a educação, combatendo o analfabetismo e procurando criar camadas técnicas para o desenvolvimento; e) transformar aspectos sociais e econômicos da base material, como a saúde, através de medidas profiláticas, especialmente contra fatores “estressantes”.

A forma popular-democrática, o caráter de frente das oposições e a predominância de programas reformistas em detrimento de pro-

gramas revolucionários provieram do desenvolvimento capitalista-dependente desses países, que mascarava a contradição clássica entre a burguesia e o proletariado.

A contradição, na verdade, nunca deixou de existir em qualquer processo de mudança social no período, mas esteve apenas qualitativamente modificada — na forma e não no conteúdo — substituindo-se o proletariado pela nação dependente e a burguesia nacional pelo empresariado multinacional.

Isto só foi possível porque enquanto a burguesia nacional, por um lado tirava proveito do aporte tecnológico e dos lucros extraordinários provenientes dos aumentos da produtividade, por outro lado a industrialização importada fez com que setores proletários beneficiados com alguma mobilidade vertical fossem se transformando, por seu comodismo, em fatores de estabilização social e diferenciadores dos estratos proletários que se tornaram dispensáveis, periféricos e marginalizados.

CLASSE MÉDIA

Mas a partir do momento em que as burguesias nacionais se sentiram ameaçadas de falência ou desnacionalização e começaram a apresentar resistência às multinacionais, essas novas camadas médias passaram a perder capacidade de consumo e começaram a observar o espírito de resistência dos capitalistas nacionais. Não é por outro motivo que a maioria dessas revoluções foram dirigidas por setores médios da população como os intelectuais civis ou militares e não pelas camadas burguesas nacionais.

Em casos como os citados o comportamento político da burguesia e da pequena burguesia, assim como das classes trabalhadoras em geral sobre uma transformação de qualidade. A pequena burguesia, que é, por princípio, conservadora, quando é ameaçada pelo grande capital se torna revolucionária, mas quando é ameaçada pelo proletariado torna-se reacionária. Esse comportamento será tanto mais acentuado quanto maior seja o número de bens materiais que possui.

A classe trabalhadora, a princípio indiferente aos rumos da política e da economia, adquire, diante dos impasses que se vão formando, uma consciência reivindicatória, que a aproxima, rapidamente, de valores políticos e econômicos do espírito revolucionário. O fenômeno se dá, em parte porque essas camadas médias já têm algum domínio teórico de certas fases do processo produtivo e em parte porque o aumento dos meios de comunicação propiciam uma rápida absorção de novas informações e a agudização de seu senso crítico. Por outro lado o desenvolvimento faz com que equipes profissionais liberais sofram uma proletarianização gradativa como ocorre com os médicos ou os professores.

ADESÕES

Vacilantes por natureza, essas camadas médias, apresentam, diante dos impasses institucionais, uma tendência de adesão ao lado mais forte e mais decidido das forças em confronto. Se a disposição do proletariado é maior, elas tendem a se conder do sofrimento dos setores marginais como justificador “moral” de seu inconformismo. Mas se a iniciativa cabe à repressão e aos setores burgue-

ses, elas são ganhas pelo valor “moral” contido na “necessidade da ordem”.

A prática tem demonstrado que hegemonia fica ora com o proletariado e ora com a burguesia de acordo com os seguintes indicadores: a) o estado geral da economia do país; b) a capacidade repressiva real do aparelho do Estado; c) a força e organização dos diferentes partidos políticos; d) a força específica das diversas classes intermediárias; e) o nível de consciência e o estado de ânimo individual de determinadas lideranças políticas; f) a situação histórica concreta, ou seja, as reivindicações mais antigas e mais permanentes da comunidade, que dá ao movimento revolucionário sua forma característica diferenciadora (racista entre grupos mestiços na América Central, religiosas no mundo islâmico etc).

IDEOLOGIAS

Em todas as sociedades há três subdivisões ideológicas dentro das quais há um núcleo minoritário de cidadãos dispostos a levar quaisquer impasses até o fim: um grupo de centro, normalmente unificado pelo desejo comum de estabilidade e legitimidade do funcionamento do Estado; uma esquerda onde em diferentes níveis de consciência há uma teoria e uma prática voltada para as transformações em geral e que em tempos de normalidade se expressam por um vanguardismo e experimentalismo em assuntos superestruturais, como a arte, a linguagem, a contracultura, as crenças alternativas etc; uma direita sempre posicionada contra o “absurdo” de quaisquer inovações e sempre escandalizada com quaisquer formas de mudança às quais nunca aceita sem luta.

Greve de professores e servidores muda quadro político dos funcionários

Além da forte unidade do movimento grevista dos professores e servidores universitários federais autárquicos, em greve por mais de 60 dias e dos servidores da previdência paralisados em 5 Estados, a mais clara constatação que se pode fazer é o surgimento de uma nova realidade política e social no País: a conscientização e a organização crescente dos servidores públicos brasileiros. O fato de funcionários públicos terem conseguido níveis de mobilização como os demonstrados nestes dois movimentos entrou para a história e pôs fim ao ciclo de anos que colocava o servidor oficial como mero capacho do poder.

No dia 19 de julho, quando fechamos esta edição, o comando nacional da greve dos professores universitários, em consulta às diversas assembleias regionais indicou que a greve continuaria. "As assembleias mais fortes e com maior número de participantes foram justamente no dia posterior à decretação da ilegalidade de nossa greve", declarou o presidente do comando, que em seguida comunicou a decisão: **A greve continua.**

GOVERNO INTRANSIGENTE

A pauta original de reivindicações dos professores e servidores, que incluía reposição salarial de 64,8% sobre o salário de janeiro de 84, retroativa a este mês; reajuste semestral igual ao INPC integral relativo ao semestre a partir de julho/84; 13º salário para os estatutários e quinquênio para os celetistas; piso salarial de três mínimos; revogação da Portaria nº 62/84 (Que retirou subsídios para os restaurantes universitários) e contratação definitiva de todos os professores classificados em concurso público, foi sempre desconsiderada pelas oposições da Ministra da Educação, Esther Figueiredo.

Os membros do Comando, instalado até então no Sindicato dos Professores de Brasília, disseram que desde 5 de junho aguardavam audiência com a titular do MEC, que farsamente dizia-se aberta ao diálogo, o que na verdade não ocorria por descaso da ministra, que recusava-se a receber a comissão de negociação do comando.

SANTA CATARINA

A proposta da ministra, divulgada no dia 17 de julho, foi rebatida por uma nota da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina e do Comando Local de Greve. O texto dizia que a ministra pretendeu tão-somente responder à proposta do Conselho de Reitores das Uni-

versidades Brasileiras, atendendo somente a solicitação de redução do período para equiparação salarial entre os docentes das instituições federais autárquicas e fundacionais, ignorando as reivindicações básicas de semestralidade e obediência ao INPC, sem colocar nenhuma luz mais intensa sobre a

questão da regularidade de verbas para a continuação dos trabalhos universitários.

A disposição final colocada nesta nota era a de continuidade do movimento, a exemplo das decisões tomadas nas outras universidades envolvidas na paralisação.



"TÚMULOS E TRINCHEIRAS"

Por um militante do PMDB de Florianópolis.

A campanha das DIRETAS JÁ revela que a pressão popular espontânea é a manifestação da vontade democrática da nação brasileira. Esta se organiza a si mesma, através da participação popular, para construir uma democracia de conteúdo social, enterrando o regime autoritário que acabou desencadeando contra si mesmo o confronto da massa popular.

Num primeiro momento, o processo sucessório favorece às classes burguesas. Acontece, porém, que o proletariado, os trabalhadores agrícolas, os estratos inferiores das classes médias e as massas despossuídas estão cavando, lentamente, as suas trincheiras democráticas e, ao mesmo tempo, os túmulos dos donos do poder. Através das organizações populares de base a democracia nascente passa a contrair um teor popular e proletário.

Esse movimento popular, cada vez mais forte, está sendo excluído das alianças políticas dos candidatos que pleiteiam a homologação para o exercício da presidência da república, via colégio eleitoral. O governo que sair desse colégio terá a marca da ilegitimidade, porque terá deixado de lado a grande aspiração popular da escolha direta do presidente.

O que se discute, agora, é a luta, dentro do colégio eleitoral, entre conservadores e menos conservadores, entre as suas diferenças. É um falso debate. O que é preciso discutir, ainda, são as formas de resistência ao colégio à crise que o colégio é e representa. É preciso se entrincheirar na defesa contra o colégio, cavando o seu túmulo.

Os setores populares organizados estão interessados em fazer e aprofundar a democracia no sen-

tido de maior igualdade econômica, de uma democratização da economia brasileira, de um combate contra o imperialismo e de uma reforma agrária profunda para criar as condições materiais de implantação de um regime democrático, de liberdade igualitária. Não será através do colégio eleitoral que qualquer que seja o governo por ele homologado terá condições, em função das suas alianças, de realizar essas mudanças.

O caminho que leva à autocracia burguesa à democracia de conteúdo popular é uma avenida de mão única: eleições diretas para Presidente da República. O colégio é contramão.

(a) Um militante do PMDB de Florianópolis

Previdência parou em todo o Estado

O movimento dos Servidores da previdência, mobilizados desde o início de junho, e que chegou a paralisar 50 mil funcionários em cinco estados, SC, RS, PR, GO, e MG, que até meados de julho já havia conquistado a promessa de um acordo com o ministro Passarinho, exigiam uma proposta concreta para viabilizar as negociações em torno de uma gratificação de 20 a 60% sobre o maior salário de referência de cada categoria; jornada de trabalho de 30 horas semanais na Previdência; criação de mecanismo de participação dos servidores no CONASP e CO-DAP; não punição dos grevistas e o compromisso explícito do ministro em intervir

junto ao governo federal na mudança da política salarial dos servidores.

Dos 15 mil funcionários da Previdência em Santa Catarina, 13 mil estiveram paralisados até esse estágio do movimento. Em todas as 29 cidades onde a Previdência tem agências a paralisação foi efetiva: Florianópolis, Blumenau, Brusque, Mafra, Joinville, Itajaí, Tubarão, Lages, Joaçaba, Timbó, Caçador, Imbituba, Urussanga, Laguna, São Miguel do Oeste, Criciúma, Canoinhas, Curitiba, Videira, Concórdia, São Bento do Sul, Rio do Sul, Chapecó, Orleans, Lauro-Muller, Araranguá, São Joaquim, Jaraguá do Sul, e São Francisco do Sul.

Reitores evitam punir grevistas

No dia seguinte à decretação da ilegalidade da greve dos professores e servidores, num total de mais de sessenta mil grevistas, os reitores começaram a pronunciar-se sobre a punição dos envolvidos. A legislação vigente prevê que a punição deve ser aplicada isoladamente, caso a caso, e que para isso o supervisor de cada instituição deve fornecer a lista dos faltosos. Diante deste quadro a maioria dos reitores procurou posição em que a punição não ocorreria, pois eles não forneceriam os nomes ao MEC.

O reitor da Universidade de Santa Catarina, de Santa Maria, a UFMG, e também de Pernambuco foram os primeiros a tomar esta atitude. O presidente do Conselho de Reitores do Brasil, prof. Gamaliel Herval, propôs um encontro do Conselho no dia 24, em Campo Grande, para uma deliberação sobre a situação da ilegalidade da greve. Até mesmo uma renúncia coletiva dos reitores estava colocada como hipótese no dia 19 de julho.

Seis destaques levam os movimentos para a história de greves públicas

- Paralisação dos professores e servidores universitários por mais de 60 dias consecutivos;
- Continuação da greve e fortalecimento do movimento mesmo com a decretação de ilegalidade;
- Negativa dos reitores em iniciar processo de punição em massa;
- Persistência nas reivindicações básicas;
- Paralisação dos servidores da Previdência em municípios de pequeno porte;
- Defesa de interesses coletivos, como melhoria da qualidade do ensino, do atendimento hospitalar e ambulatorial na Previdência, e melhoria salarial para todos os servidores públicos.

Diretas, já?

Enterro do Colégio Eleitoral pode começar em Santa Catarina

No dia 16 de julho em Brasília, quando na Câmara dos Deputados o PMDB reuniu seu Diretório Nacional para acertar a data e a programação da Convenção de 12 e 13 de agosto, o Senador Itamar Franco, de Minas Gerais, discursou cobrando do Partido uma oposição coerente aos seus princípios programáticos, que condenam toda e qualquer forma de eleição indireta. Em termos contundentes Itamar Franco disse que o partido estaria literalmente traindo seus eleitores se conostasse a farsa do Colégio Eleitoral, e citou os diversos documentos assinados pelos integrantes da bancada federal comprometendo-se ao não comprometimento ao Colégio.

No fundo, a questão levantada pelo Senador mineiro é a do compromisso popular assumido nas praças públicas, de que o único caminho que seria trilhado pelas oposições seria o das diretas. Após levantar a coerência a nível de partido, Itamar



cobrou a responsabilidade de cada um, principalmente dos parlamentares que foram signatários de compromissos de repúdio ao Colégio.

Em Santa Catarina, os 19 deputados estaduais do PMDB assinaram um requerimento transcrito no Diário da Assembléia em que repudiam qualquer participação no Colégio. Na bancada federal, quando em Brasília o Senador Jaison Barreto lançou o **Compromisso** do grupo Só Diretas, assinaram os Deputados Walmor de Lucca, Dirceu Carneiro, Luís Henrique e Renato Viana.

O Estado, assim, detém hoje o maior e mais significativo número de parlamentares comprometidos com a causa das diretas em documentos assinados, e pode vir a desempenhar papel fundamental na resistência ao Colégio. Colocamos à disposição do leitor o teor dos dois documentos e também um outro, fruto de discussões do Partido dos Trabalhadores, que reflete posição semelhante.

Só Diretas

COMPROMISSO

Os congressistas abaixo-assinados,

Considerando que as eleições diretas-já constituem uma aspiração inarredável do povo brasileiro, como instrumento competente para promover as mudanças reclamadas pela Nação;

Considerando que toda e qualquer fórmula indireta de escolha representa a exclusão do povo e a conseqüente traição aos compromissos assumidos em praça pública;

Considerando, ainda, que a indicação biónica do próximo presidente significaria a continuidade do autoritarismo com suas conseqüências antinacionais e antipopulares que há vinte anos infelicitam o povo brasileiro;

Resolvem:

Repudiar toda e qualquer forma de eleição sem povo e assumem, perante a Nação, o compromisso de não participar do Colégio Eleitoral, preservando, assim, a dignidade da representação popular de que estão investidos.

Brasília, 10 de maio de 1984.

Seguem-se as assinaturas de 59 parlamentares da bancada Federal do PMDB, e do PDT encabeçados pelo Senador Jaison Barreto, primeiro signatário. Assinaram também o compromisso os Deputados Federais Dirceu Carneiro, Luís Henrique, Walmor de Lucca e Renato Viana.

Assembléia Legislativa

REQUERIMENTO DA BANCADA ESTADUAL DO PMDB CATARINENSE

Os Deputados abaixo-assinados, considerando que o direito de representação dos estados na federação foi profundamente atingido pela promulgação da Emenda Constitucional nº 22, que substitui a representação das Assembléias Legislativas dos Estados membros, por uma delegação de seis deputados indicados pela bancada do respectivo Partido majoritário;

Considerando que a proposta da emenda constitucional em tramitação no Congresso Nacional (Emenda Figueiredo, à época ainda no Congresso), no seu artigo 183, parágrafos 1º e 2º mantém a figura imoral e ilegítima do Colégio Eleitoral;

Considerando que o atual texto constitucional, além de não levar em conta a representatividade dos estados, violou também o princípio da proporcionalidade, assegurando aos pequenos estados de Rondônia, Acre e Sergipe, por exemplo, o mesmo número de delegados que os estados de Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo;

Considerando que a Constituição da República, em seu parágrafo primeiro, do artigo primeiro, declara enfaticamente que "Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido", fica assim consagrado o princípio democrático de que o povo é a única fonte do poder político;

Considerando que o valor intrínseco do voto popular conferido a um vereador, a um prefeito, a um deputado, a um senador e a um governador é o mesmo a ser dado ao do Presidente da República;

Considerando que o Colégio Eleitoral tem no seu cerne a figura esdrúxula do senador biónico, cujo mandato não emanou do povo, e que por isso mesmo não pode exercer nada em seu nome;

Considerando que os votos do Colégio Eleitoral escondem a verdadeira manifestação do voto popular porque o Presidente por ele eleito assume compromissos com a minoria da minoria, e não com a maioria real da Nação, muito bem espelhada nos comícios das diretas já, que levaram milhares de pessoas às ruas, na esperança de melhores dias;

Solicitam com base no artigo 143, item 11º (Regimento da Assembléia Legislativa), a transcrição no Diário da Assembléia deste documento de repúdio a qualquer participação no Colégio Eleitoral.

O requerimento foi assinado pelos 19 deputados estaduais do PMDB.

Partido dos Trabalhadores

MOBILIZAÇÃO NACIONAL CONTRA O COLÉGIO ELEITORAL

O Partido dos Trabalhadores vem a público reafirmar sua luta pelas diretas já, **contra o Colégio Eleitoral e contra qualquer candidatura à escolha indireta do presidente da República.**

Não vamos repudiar o Colégio Eleitoral da boca para fora. O PT não vai participar do Colégio Eleitoral. Vai continuar boicotando o Colégio de todas as formas, para derrubá-lo de uma vez por todas: tentando impedir sua regulamentação, conclamando todos os parlamentares a negarem **quorum** para a sua reunião.

O PT é firmemente contrário a qualquer candidatura por via indireta no Colégio Eleitoral, mesmo que ela queira se apresentar como de oposição. Um candidato indireto, qualquer que seja, será sempre uma saída para a crise do próprio regime, e nunca uma solução, mesmo paliativa, para os problemas políticos, econômicos e sociais da imensa maioria do povo brasileiro. Por isso, o PT não reconhece e não apóia uma "candidatura única das oposições" no Colégio Eleitoral.

O PT defende as diretas-já. Primeiro, é preciso definir quem vota: o conjunto dos eleitores. Só depois é que se deve definir quem será votado. O PT defende as diretas-já em dois turnos: no primeiro, o povo vota nos vários candidatos apresentados; no segundo, o povo escolherá entre os dois candidatos mais votados em primeiro turno. Conquistadas as diretas-já, o PT decidirá o que fazer, em matéria de candidaturas.

A derrubada do Colégio Eleitoral, a conquista das diretas-já e as mudanças políticas, sociais e econômicas somente vão ser conseguidas com o povo organizado nas ruas, nas praças, nas fábricas, nas empresas, nas escolas, nos bairros, no campo. É preciso retornar às manifestações públicas, com intensidade maior, e partir para formas mais duras de luta popular: paralisações parciais e totais, articulações entre as greves econômicas setoriais e a luta política, e todo empenho na organização da paralisação cívica nacional contra o Colégio Eleitoral e por diretas-já, além do efetivo apoio à greve geral proposta pela CUT e pela CONCLAT.

Para essa luta popular o PT conclama todos os brasileiros, todos os setores democráticos e populares, todas as entidades de massa. O povo brasileiro tem de fazer sua opção: continuar na miséria, na exploração econômica e na opressão política ou mudar esse regime. A opção do PT é clara: pelas diretas-já, pela derrubada do Colégio Eleitoral, pela mudança do regime, pela democracia.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1984.
PARTIDO DOS TRABALHADORES